



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

FAMÍLIA X ESCOLA RUMO AO SUCESSO ESCOLAR

ADRIANA VALÉRIA FERREIRA DE OLIVEIRA
BELO HORIZONTE, 2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

FAMÍLIA X ESCOLA RUMO AO SUCESSO ESCOLAR

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Professora Jussara Bueno de Queiroz Paschoalino do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE, 2013

FOLHA DE APROVAÇÃO

Adriana Valéria Ferreira de Oliveira

FAMÍLIA X ESCOLARUMO AO SUCESSO

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em 17 de julho de dois mil e treze, como requisito necessário para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

Prof. Nome completo do professor avaliador

Prof.^a Jussara Bueno de Queiroz Paschoalino

Aluna - Prof.^a. Adriana Valéria Ferreira de Oliveira

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho á meus pais e meus irmãos, por serem minha base, meu incentivo e apoio.

Wesley e Lucas pela compreensão nos momentos ausentes para estudo.

Á minha sogra pelo apoio na área de educação.

Família, vocês são a razão da minha vida!

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus que iluminou o meu caminho e nos deu forças para seguir em frente.

A professora Jussara Bueno e a orientadora Andréa Boy, pelas orientações, motivações e apoio nos momentos de desespero e ansiedades.

A minha família que participou de todas as angústias.

Aos funcionários da Escola Municipal Professora Maria da Glória de Castro Veado, por acreditarem em nosso trabalho.

A colega de curso Daniela Freire pelos momentos que passamos juntas nos últimos meses e por me proporcionar a oportunidade de concretizar este sonho.

A todas as pessoas que indiretamente participaram da construção deste trabalho. Meu muito obrigado á todos.

EPÍGRAFE

“Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.”

Paulo Freire

RESUMO

O presente trabalho em estudo realiza uma análise crítica do Projeto Político Pedagógico de uma escola diante da participação da família na escola rumo ao sucesso. As reflexões foram efetivadas a partir da realidade da Escola Municipal Turminha Feliz, na cidade de Santa Luzia, estado de Minas Gerais. Neste sentido, os aspectos analisados retratam a importância da participação da família no espaço escolar, principalmente dos alunos que apresentam baixo rendimento, de forma que estes participam ativamente da gestão democrática. Desta forma, foi ressaltada a importância de colocar em prática as tomadas de decisões firmadas na construção do Projeto Político Pedagógico.

Palavras-chave: Família, escola, gestão democrática, participação.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
 FAMÍLIA X ESCOLA PARCERIA RUMO AO SUCESSO	
1. O Papel da Escola no desenvolvimento da criança.....	10
2. O Papel da Família no desenvolvimento da criança.....	11
3.Parceria Escola, Sesc e família.....	12
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	13
REFERÊNCIAS.....	14
ANEXO Projeto Político Pedagógico.....	15

INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso analisa a relação entre família e escola, com objetivo de ter uma relação de parceria na busca do sucesso do aluno no âmbito escolar. O tema “Família e Escola rumo ao sucesso”, se deu devido à necessidade de trazer as famílias de forma atuante no espaço escolar, não somente nos dias de eventos sociais na escola, mas também para atender as necessidades dos alunos nela inserida e melhoria na qualidade do ensino.

A elaboração do Projeto Político Pedagógico da Escola Turminha Feliz¹ foi para a instituição, a construção de sua identidade e a afirmação de sua autonomia, pois, através dele, todos os envolvidos definiram rumos e planejamentos que atenderão à realidade da escola na perspectiva de uma educação de qualidade. Desta forma, a construção coletiva oportunizou:

[...] a autonomia da unidade escolar significa a possibilidade de construção coletiva de um projeto político pedagógico, que esteja de acordo com a realidade da escola, que expresse o projeto de educação construído pela comunidade, em consonância com as normas estabelecidas pela legislação em curso. (OLIVEIRA; MORAES; DOURADO, s/d, p.2).

Assim, na construção da autonomia, cabe o gestor escolar articular-se com as famílias e a comunidade criando processos de integração da sociedade com a escola. (BRASIL, 1988). Na Constituição Federal (1988) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9394/96, esta lógica de aproximação das famílias e escola foram evidenciadas:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

Diante desta determinação, papel do gestor educacional é garantir a efetivação desse direito, e manter a interação entre família e escola, é uma das alternativas para que se tenha sucesso em sua permanência. (CURY, s/d).

¹ Nome fictício

FAMÍLIA E ESCOLA PARCERIA RUMO AO SUCESSO

1- O Papel da Escola no Desenvolvimento da Criança

Ao longo do curso, percebemos o quão importante à política de gestão democrática no espaço escolar. Mas, para que se tenha sucesso é necessário que todos os seus “atores entrem em cena”, inclusive a comunidade. Sabendo que para alcançar o sucesso esperado no âmbito escolar é importante “fidelidade” entre as duas instituições, embora cada uma tenha papéis diferentes ambas se completam.

De acordo com Tiba:

[...] Não se pode delegar à escola parte da educação familiar, pois esta é única e exclusiva, voltada à formação do caráter e aos padrões de comportamentos familiares. A escola nunca deve absorver a educação familiar, pois seu objetivo é preparar profissionalmente seus alunos, cuidando, portanto, da convivência grupal e social. (TIBA, 2012, p.183).

A Escola Turminha Feliz apoiada no artigo 2 da LDB 9394/96, que “[...] tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, preparando-os para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.” (BRASIL, 1996). Desta forma, a escola tem em seus princípios os objetivos de formar sujeitos críticos, ativos, questionadores, preparando-os para a vida profissional. (OLIVEIRA, MORAES e DOURADO, s/d).

Para Freire (1987) os seres humanos são inacabados, entretanto, a escola deve propiciar ao aluno estímulos às novas descobertas, estabelecer relações entre conteúdo e sua realidade tornando o ambiente escolar um espaço de prazer.

Nesta compreensão, de acordo com Cury (s/d), a escola pode ser vista como instrumento de redução das desigualdades sociais, onde a igualdade se faz como direito de todos.

2- O Papel da Família no Desenvolvimento da Criança

Castro (s/d) menciona o embate entre gestores e a participação dos pais na educação dos seus filhos. É importante ressaltar que os filhos na escola são momentâneos, e na família são para sempre. (Tiba, 2012).

A cada encontro de Gestores da Rede de Santa Luzia, a discussão sempre perpassa pela ausência das famílias na escola, principalmente daqueles alunos em que são de últimas salas. Na Escola Municipal Turminha Feliz, a ausência das famílias é nítida no ensino e aprendizagem dos estudantes.

A escola tenta um envolvimento com as famílias a partir de comunicações diversas. Dentre elas, a escola envia comunicado aos responsáveis com uma semana de antecedência para que eles organizem, e no decorrer da semana continua enviando lembretes.

Neste percurso, os alunos se enchem de esperanças, pois as famílias as alimentam este sentimento, ao afirmarem que participaram da reunião. Entretanto, no dia da reunião, as famílias não comparecem e nem procuram a escola para se informarem do desempenho de seus filhos.

Os alunos apresentam baixa-estima, são apáticos além de apresentar comportamento agressivo. Existe casos que é necessário buscar ajuda com o Conselho Tutelar da região para notificar os responsáveis pelo aluno.

Tiba (2012), afirma que se os pais acompanharem o rendimento escolar do seu filho desde o início do ano, determinados “problemas” poderiam ser sanados inicialmente. Portanto, conclui-se que a criança que percebe uma afinidade entre sua família e a escola, ela sente-se mais segura e conseqüentemente, apresenta melhor desempenho. Nunes e Vilarinho (2001)

A instituição família ainda tem grande responsabilidade na formação dos indivíduos que a compõe. Lahire (2008) e Charlot (2000). Fazendo análise no dia a dia da Escola Turminha Feliz, percebemos que os alunos que possuem acompanhamento familiar apresentam melhor desempenho do que os alunos que não possui este acompanhamento conforme Lück (2010).

Neste contexto, Nunes e Vilarinho (2001), afirmam que o núcleo da família contemporânea parece estar em crise. Neste sentido, como principais causas estão relacionadas às mudanças socioeconômicas, ao número crescente de jovens esposas financeiramente independente. Ressalta também que maior aceitação do divórcio como resolução de relações difíceis. O individualismo aponta o desinteresse por esta instituição.

Ainda se destaca que existe a desvalorização do trabalho doméstico, onde a casa e os filhos não são mais razão de ser da mulher urbana contemporânea. Toffler (1993) destacou as famílias agregadas, onde outras configurações são possíveis. Assim, desta forma, duas pessoas com filhos se casam novamente estabelecendo novos arranjos familiares.

As experiências do dia a dia na escola nos mostra que são muitos os motivos para a causa do fracasso escolar, como a falta de interesse do aluno, a sobrecarga de tarefas sobre o responsável, desmotivação do professor por vários motivos, dentre outros. Andrade e Raitz (2012) apontam que a causa do fracasso é atribuída à família. Já para Lück (2002), o professor é a figura principal, capaz de garantir que a escola tenha um bom rendimento.

3- PARCERIA ESCOLA, SESC E FAMÍLIAS

Diante da necessidade de trazer as famílias para dentro da escola, a Escola Turminha Feliz conseguiu firmar no ano de 2013, parceria com o SESC. Para a escola ser adotada, foi necessário que as famílias respondessem um questionário sócio econômico, e ter como resultado 70% das famílias com renda máxima de até 2 salários mínimos, como a escola situa-se em um bairro de periferia, foi fácil obter o resultado esperado.

No dia 14 de junho de 2013, aconteceu a cerimônia de adoção da escola. Os representantes do SESC foram á escola e deram uma palestra aos alunos e aos moradores da comunidade esclarecendo os objetivos e finalidades do projeto. A diretora escolar aproveitou e pontuou a importância das famílias no espaço escolar.

Em seguida, foi afixada uma placa informando a adoção da comunidade. Os serviços prestados à comunidade escolar serão oficinas e palestras sobre saúde, sustentabilidade, oficinas artesanais entre outras.

Inicialmente, espera-se que o resultado seja positivo na interação entre família e escola. Entretanto, os serviços oferecidos ainda não foram contemplados e estão com data prevista para realização a partir de julho de 2013.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final do trabalho analisei como é importante a interação entre a instituição escola e a instituição família. Onde o papel da escola é permitir aos alunos conhecimentos além do interior dela, levando-os a fazer uma verdadeira viagem ao mundo descobrindo a sua existência. Promover contato entre os indivíduos nela inseridas, proporcionando várias aprendizagens importantes ao seu desenvolvimento. Ao longo dos estudos, percebemos como é importante a união entre família e escola para o sucesso no processo ensino aprendizagem. A família tem papel fundamental para o desenvolvimento do indivíduo.

Diante de tantas causas que afastam as famílias do ambiente escolar, cabe ao gestor promover a educação juntamente com a comunidade e sua equipe pedagógica para a realização do trabalho coletivo. E, proporcionar condições para que as famílias possam conhecer e acreditar no trabalho da escola.

Entretanto, se a escola e família caminharem juntas, ambas preservando suas características, reconhecendo o aluno como o centro no âmbito escolar, conseqüentemente, poderá ter bons resultados.

A Escola Turminha Feliz compreendendo a importância das famílias na escola e no processo de gestão democrática e assim, tem utilizado de diferentes recursos para aproximar a comunidade escola. Os recursos de convocação e participação nas reuniões são enfatizados, no entanto os resultados têm sido pequenos. Desta maneira, a construção desta parceria com o SESC abre a possibilidade de um trabalho mais próximo com as famílias. Espera-se que após iniciar os trabalhos da escola com o SESC, que os resultados sejam positivos. Que a comunidade sinta-se mobilizada e que venha para a escola, pois juntas temos um belo trabalho a desenvolver.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Cleudane; RAITZ, Tânia R – As possíveis Razões do Sucesso Escolar em Duas Escolas Públicas. In: **IX ANPED SUL**, 2012. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1595/139>- Acesso em 18 de junho de 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em 26 de junho de 2013.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nº 9394 de 1996**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em 05 de fevereiro de 2011.

CASTRO, Marta Luz Sisson - A GESTÃO DA ESCOLA BÁSICA **A Gestão da Escola Básica: conhecimento e reflexão sobre a prática cotidiana da diretora de escola municipal**: Disponível : <http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1093/994>. Acesso em 07 de junho de 2013.

CURY, Carlos Roberto Jamil – **Um Campo de atuação do gestor educacional na escola**. Disponível em: <http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/jamilcury.pdf>. Acesso em 13 de junho de 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

NUNES, Dulce G. VILARINHO, Lúcia, R.G. Família Possível na Relação Escola-Comunidade. **Psicol. Esc. Educ.** 2001, vol.5, n.2, pp. 21-29. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572001000200003&lng=pt&nrm=iso – Acesso em 18 de junho de 2013.

OLIVEIRA, J. F.; MORAIS, K.; DOURADO, L. F. **Autonomia decretada e autonomia constituída**. Disponível em: http://escoladegestores.mec.gov.br/site/4-sala_politica_gestao_escolar/pdf/saibamais_7.pdf Acesso em 05 de junho de 2013.

TIBA, Içami – **Quem Ama Educa!** Editora Integrare. 2012. 127p.

TOFFLER, Alvim. **A Terceira Onda**. São Paulo: Pioneira, 1993.

ANEXO:

PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO



UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

FAE – FACULDADE DE EDUCAÇÃO

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

**ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA MARIA DA GLÓRIA DE CASTRO
VEADO**

ADRIANA VALÉRIA FERREIRA DE OLIVEIRA

DANIELA FREIRE LOPES PEREIRA

SANTA LUZIA - 2013

UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FAE – FACULDADE DE EDUCAÇÃO

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA MARIA DA GLÓRIA DE CASTRO
VEADO

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Andréa de Souza Boy do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

SANTA LUZIA - 2013

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	4
1.FINALIDADES DA ESCOLA.....	6
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	7
3. CURRÍCULO.....	10
4.TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES.....	12
5.PROCESSOS DE DECISÃO.....	14
6.RELAÇÕES DE TRABALHO.....	16
7. AVALIAÇÃO.....	18
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	20
REFERÊNCIAS.....	21
ANEXOS.....	23

INTRODUÇÃO

A Escola Municipal “Professora Maria da Glória de Castro Veado” atende atualmente a Educação Infantil e o Ensino Fundamental – dividido em 2 (dois) ciclos, sendo o 1º ciclo: 1º ano/9 ao 3º ano/9º e o 2º ciclo: 4º ano/9 ao 5º ano/9, localiza-se no Conjunto Habitacional Cristina B, rua Maria Dorida da Rocha, número 20, município de Santa Luzia, estado de Minas Gerais.

Atualmente a Escola conta com aproximadamente 574 (quinhentos e setenta e quatro) alunos regularmente matriculados e frequentes. A comunidade atendida é constituída por diferentes maneiras de formação familiar: pais separados, filhos de vários pais diferentes em uma mesma família e outros problemas sociais.

Os problemas enfrentados pelas famílias acarretam serias dificuldades no processo ensino aprendizagem e comportamental de alguns alunos. Em contra partida, a maioria das famílias são participativas, atuantes e interessadas no desempenho escolar dos filhos, atentas ao trabalho realizado e oferecido à comunidade.

Elaborar seu próprio Projeto Político Pedagógico é para a equipe da Escola Municipal Professora Maria da Glória, a afirmação de sua autonomia. É a responsabilidade de elaborar sua própria constituição expressando nesse documento suas intenções, sua vontade e sua forma de atuar.

Os propósitos e os princípios definidos na proposta pedagógica expressa e regulamenta as relações entre os participantes do processo educativo. A autonomia da escola não somente garantida por dispositivos legais, passa a ser conquistada, construída no fazer da escola e acontecerá principalmente na sua forma de atuação e no trabalho coletivo e compartilhado, nas questões pedagógicas, administrativas e financeiras.

De acordo com (OLIVEIRA; MORAES; DOURADO, 2012, p.2) no texto “Autonomia decretada e autonomia constituída” a autonomia da unidade escolar significa a possibilidade de construção coletiva de um projeto político pedagógico, que esteja de acordo com a realidade da escola, que expresse o projeto de educação construído pela comunidade, em consonância com as normas estabelecidas pela legislação em curso.

Sabe-se que seria uma utopia chamar para si, enquanto instituição, toda a responsabilidade de educar e formar pessoas melhores para a obtenção de um mundo melhor, mais humano e igualitário. Mas fazer bem feito a parte que nos cabe, já é um passo.

É neste sentido que os funcionários da Escola Municipal Professora Maria da Glória de Castro Veado propõe o seu Projeto Político Pedagógico, realizando com responsabilidade e amor o seu trabalho e principalmente compartilhando e traçando junto com as famílias e a sociedade local sua filosofia, que norteará todo o trabalho educacional, visando uma gestão democrática.

Tudo o que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola, e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão, também. Tudo o que a gente puder fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós que é o de assumir esse país democraticamente. Paulo Freire

1. FINALIDADES DA ESCOLA

É importante que os funcionários da instituição tenham clareza das finalidades que ali permeiam, pois elas representam os princípios e valores adotados pela escola.

A Escola Municipal Professora Maria da Glória de Castro Veado tem como valores respeitar e encorajar as capacidades individuais e suas criatividade; Respeitar as diferenças e valorizar o amor, a solidariedade, a paz, a ética e o conhecimento.

Sendo sua missão ter credibilidade, qualidade e produtividade e formar cidadãos críticos, conscientes e transformadores de situações.

A instituição visa como objetivo geral garantir e vivenciar de forma completa, objetiva e real, a expressão, a criação, a autodescoberta, a interação e a aquisição de novos conhecimentos e competências; que estimulem a curiosidade, a iniciativa, o relacionamento, a responsabilidade e o aprofundamento de estudos. E objetivos específicos respeitar as diferenças e valorizar as capacidades individuais; Valorizar o amor, a solidariedade, a paz, a ética e o conhecimento, além de promover e divulgar ações para que haja a participação efetiva da família na escola; Desenvolver ações para incentivar e valorizar os profissionais para que eles realizem seu papel de maneira efetiva e estabelecer como foco a aprendizagem dos alunos.

Para refletir sobre finalidades da educação da escola, baseou-se no art. 22 da LDB, onde a educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Na escola o aluno deve ter direito de acesso aos conhecimentos socialmente construídos, a aprender os conhecimentos disciplinares, atitudes e valores que lhe permitam a plena inserção no mundo social e a participação efetiva em todas as esferas da vida cotidiana.

As experiências escolares de ensino e aprendizagem dos estudantes e professores precisam estar comprometidas com a diversidade, com ações diversificadas que considerem as diferenças de ritmos e formas de aprender, o que colabora para a criação de oportunidades mais igualitárias para todos.

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Dentro da organização administrativa, podemos dizer que a escola é de porte médio, contando atualmente com 12 (doze) salas de aula, 01 (uma) biblioteca, 01 (uma) sala de recursos multifuncional, 01 (uma) sala de professores, 01 (uma) sala de supervisão, 01 (uma) sala de secretaria, 01 (uma) sala da direção, 01 (um) banheiro para funcionários, 02 (dois) banheiros para os alunos (masculino/feminino), 01 (uma) sala de depósito, 01 (uma) sala de almoxarifado, 01 (uma) cantina, 01 (uma) quadra.

A escola possui equipamentos para apoio pedagógico em bom estado de conservação e são bem utilizados pelo corpo docente. Em relação aos recursos humanos a instituição conta com 29 (vinte e nove) professores, sendo 02 (dois) de educação física e 01 (um) de sala de recursos multifuncional, 01 (um) diretor, 01 (um vice-diretor), 02 (dois) supervisores, 02 (dois) secretários, 07 (sete) auxiliares de serviços gerais, 02 (dois) vigias.

Os recursos financeiros são administrados pelo Conselho Fiscal, que é composto pela diretora escolar (presidente do caixa escolar), pela vice-diretora (tesoureira), por um professor (suplente do tesoureiro), dois secretários da escola (secretários), dois professores e dois pais (fiscais). São recebidos na escola verbas do governo federal e verbas municipais.

Já na organização pedagógica da instituição a enturmação acontece seguindo critérios discutidos e estabelecidos nas reuniões pedagógicas, num consenso entre os professores, uma vez que não existe um padrão exigido pela Secretaria Municipal de Educação de Santa Luzia. O grupo docente decidiu agrupar os alunos por níveis de aprendizagem, embora muitos autores defendam ao contrário, sabemos o quanto é difícil trabalhar com uma turma com aproximadamente de 30 alunos e com vários níveis de aprendizagem diferentes, portanto optou-se por trabalhar com turmas “homogêneas”.

As supervisoras reúnem quinzenalmente em reuniões pedagógicas com o corpo docente, com o objetivo de realizar estudos, pesquisas, análise de resultados, elaboração de planos de ação, troca de experiências e propor discussões de outros assuntos pedagógicos. Essas reuniões tem a duração de 2 horas.

A equipe administrativa e pedagógica da escola é responsável pela execução eficaz da proposta pedagógica da escola.

A escola tem como norte de seu trabalho pedagógico as Diretrizes Municipais de Santa Luzia e os PCN'S. Cada professor tem autonomia para trabalhar com a metodologia que tenha domínio e que atenda às necessidades da turma.

De acordo com o art.12º inciso 5 da LDB, os estabelecimentos de ensino respeitadas as normas comuns e as dos seus sistema de ensino, terão a incumbência de: prover meios para a recuperação de alunos de menor rendimento. Para tanto a recuperação dos alunos de baixo rendimento na Escola Municipal Professora Maria da Glória de Castro Veado, acontece de maneira paralela aos estudos ficando acordado com o grupo de docentes que esta deverá acontecer sempre que necessário de acordo com a necessidade de cada aluno. A professora dará atendimento individual aos alunos que apresentam ritmo mais lento de aprendizagem programando atividades diversificadas, propiciando desafios e estímulos especiais durante as aulas.

Até o ano de 1997, o Ensino Fundamental era oferecido em seriação, no ano seguinte implantou-se o Sistema de Ciclos, pois essa opção se fez necessária para atender às necessidades dos tempos atuais, respeitando os tempos de aprendizagem dos alunos.

De acordo com Elvira Souza Lima:

[...] o trabalho com ciclos é uma proposta de reformulação da estrutura escolar, que sustenta um processo contínuo constituído pelas atividades de ensino e as atividades necessárias para a aprendizagem, levando assim, ao desenvolvimento humano de todos os educandos. [...] A proposta de ciclos encerra a tentativa de se organizar um processo de ensino e aprendizagem que se adeque às características do desenvolvimento humano que é essencialmente diverso e que se efetua por idas e vindas até que o educando constitua determinado conceito, entenda e utilize um sistema simbólico, utilize os conceitos formais para a compreensão da vida cotidiana, constitua formas novas de pensamentos e se situe eticamente em relação ao conhecimento.

O número de alunos por turma no Ensino Fundamental pode variar de acordo com a demanda de atendimento, sendo um mínimo de 18 e um máximo de 40 alunos por turma. Na Educação Infantil o mínimo é de 12 e o máximo de 22 alunos por turma.

Os alunos que apresentam problemas de disciplina são distribuídos nas turmas estrategicamente.

Diariamente os alunos têm módulos aula com duração de 50 minutos cada, podendo esse horário se estender ou ser menor do que o planejado, pois a atividade será realizada de acordo com a demanda de tempo da turma. Semanalmente a grade curricular garante:

Os alunos que apresentam necessidade educacional especial ou quadros de deficiências recebem atendimento especializado na sala de recursos multifuncional, durante duas horas, três vezes ao dia, no contra-turno da escolarização.

3. CURRÍCULO

Segundo César Coll, currículo é a produção histórica, social, seletiva, carregada de intenções, um elemento sistematizador da educação escolarizada e fator central no processo de formação escolar de professores e educandos, como sujeitos críticos e ativos frente às questões sociais do seu tempo.

A questão chave reside em assegurar a realização de aprendizagens significativas, sendo que esta requer uma intensa atividade por parte do aluno que deve estabelecer relações entre o novo conteúdo e os elementos já disponíveis em sua estrutura cognitiva. Para tanto é necessário duas condições: o conteúdo deve ser significativo e o aluno deve estar motivado.

Na organização curricular, os conteúdos curriculares devem ser abordados a partir da prática vivencial dos alunos, possibilitando o aprendizado significativo e contextualizado.

Os conteúdos de ciências, história e geografia são ministrados e articulados ao processo de alfabetização e letramento e de iniciação a matemática, crescendo em complexidade ao longo dos ciclos.

O currículo desta instituição tem a base nacional comum, abrangendo o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil. Para promover o desenvolvimento cultural dos alunos, é ministrado o ensino da arte. A literatura infanto-juvenil e a educação física são ministradas em todas as séries do ensino fundamental.

O ensino da história do Brasil levará em conta com as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente as culturas indígenas, africanas e europeias, sendo assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil.

Visa-se um currículo que não valorize uma cultura mais do que a outra, pois se pretende proporcionar oportunidades para aprender e conviver com as diferenças. Dentro dessa diversidade existem os alunos com necessidades educacionais especiais (NEE) esse público cresce a cada dia nas escolas. Sabe-se da importância de criar

condições que garantam seu sucesso e seu desenvolvimento. Para tanto, o currículo terá que envolver um trabalho adequado às necessidades do aluno, visando oportunidade de socialização, de adquirirem independência e aprendizagem, de acordo com a capacidade de cada um.

Os programas curriculares são flexíveis, podendo ser realizadas modificações nos conteúdos e atividades propostas, após análise e prévia aprovação da Secretária Municipal de Educação de Santa Luzia, a fim de que possam ser adequados ao nível de desenvolvimento das turmas ou quando outros motivos relevantes assim o exigirem.

4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

O planejamento é realizado trimestralmente em reuniões e individualizado de acordo com o nível de cada turma, a professora regente de turma elabora seu planejamento e apresenta para a supervisora apreciar e se necessário realizar intervenções. Para a realização de tal utiliza como referencia as diretrizes curriculares municipais e os PCN'S.

Os espaços físicos da instituição são utilizados de acordo com as demandas necessárias, a quadra esportiva está sempre ocupada com aulas de Educação Física ou recreio, uma vez que não tem pátio na escola. Para o uso da biblioteca foi elaborado um cronograma onde uma vez na semana cada turma realiza atividades de leitura, as atividades fora de sala são desenvolvidas em corredores em frente às salas de aula.

A carga horária anual é de 200 dias letivos, com 4 horas de efetivo trabalho diário, garantindo assim, o mínimo de 800 horas anuais.

De acordo com a grade curricular enviada pela Secretaria Municipal de Educação de Santa Luzia, o tempo de permanência do educando na escola é de 4 horas e 20 minutos incluindo o recreio, essas horas são divididas em módulos de aproximadamente 50 minutos para as disciplinas diárias, mas existe uma flexibilidade nos horários para atender às demandas das turmas podendo o tempo das aulas atingir 50 minutos ou não.

Anualmente a escola elabora o calendário escolar, seguindo orientações da Secretaria Municipal de Educação de Santa Luzia e retornado para o órgão para que seja aprovado pelo Conselho Municipal de Educação. Este é elaborado ao final do 2º semestre para o ano seguinte, com a participação de todos os funcionários da escola em reunião com direito de opinar nas decisões sobre as datas. O processo tem um caráter democrático e é registrado em ata e assinado pelos participantes.

Na busca do desenvolvimento de uma gestão democrática, autônoma e eficiente, a equipe administrativa e pedagógica realiza reuniões quinzenais com os funcionários onde o objetivo é capacitar o servidor para o exercício de suas atividades de forma articulada com a função social da instituição, sendo os alunos neste dia dispensado

duas horas mais cedo do que o horário habitual e repondo a carga horária através de atividades realizadas em casa.

A instituição conta também com a sala de recursos multifuncional, que é um espaço para a realização do atendimento educacional especializado a alunos que apresentam, ao longo de sua aprendizagem, alguma necessidade educacional especial, temporária ou permanente, incluindo aqueles que apresentam quadros de deficiências, bem como alunos que evidenciam altas habilidades/superdotação. É um ambiente de natureza pedagógica orientada por professor que desenvolve ação conjunta com os professores das classes comuns e demais profissionais da escola para a promoção da inclusão escolar. O atendimento é individualizado ou em pequenos grupos, de acordo com as necessidades dos mesmos. A carga horária não ultrapassa de duas horas de efetivo trabalho, três vezes por semana, no contraturno da escolarização.

A instituição em referencia não foi contemplada com o projeto escola aberta nem de tempo integral, porque a Secretaria Municipal de Educação de Santa Luzia priorizou como critério para o desenvolvimento do projeto as escolas que apresentavam os menores desempenhos educacionais nas avaliações externas. Ana Maria Cavaliere (2007, p. 1015) afirma que:

“O aumento do tempo de escola tem sido analisado na perspectiva do efeito escola, ou seja, dos estudos sobre resultados de desempenho escolar que independem ou superam a variável origem sociocultural do alunado e cuja explicação se encontra em elementos internos à vida escolar”.

5. PROCESSO DE DECISÃO

Na Escola Municipal Professora Maria da Glória de Castro Veado, busca-se uma escola mais justa, onde os processos decisórios possam ser transparentes e de conhecimento de toda a comunidade, pois ainda não existe o colegiado e nem o conselho escolar sendo que este a previsão é de implantação durante o ano de 2013.

Para as decisões de responsabilidade da escola, as opiniões dos funcionários são ouvidas durante as reuniões coletivas que discutem temas como: avaliação educacional, planejamento escolar, calendário, festas, projeto político pedagógico e outros. Durante esses encontros prevalecem às relações de democracia.

Também participa das decisões a equipe do Conselho Fiscal, esse conselho busca aplicar os recursos financeiros da escola, estabelecendo prioridades e democratizando os processos de decisão. A composição do mesmo é feita em assembleia, escolhido através de eleição, registrada em ata e cartório com duração de dois anos de mandato.

Outro processo decisório importante na escola é o Conselho de Classe, sendo fundamental garantir a participação efetiva dos componentes convocados (professores, supervisores pedagógico, vice-diretor e diretor), pois decisões importantes são tomadas nesse momento. Todos os envolvidos nesse Conselho são corresponsáveis pelo processo de ensino – aprendizagem. Antes da definição final do conceito do aluno é necessários discutir os avanços e dificuldades do discente, apontando ações para sanar esses problemas e redefinir ações, essas discussões são pautadas em registros das professoras e supervisoras. O Conselho de Classe acontece cinco vezes durante o ano letivo.

Na Educação Municipal de Santa Luzia, os diretores escolares são indicados pela Secretaria Municipal de Educação ou pelo Prefeito. Sabe-se que a eleição direta para diretor tem sido uma das formas mais democrática para a escolha do mesmo, pois essa forma de escolha implica em uma conquista de decisão tomada pela própria escola. A escolha do diretor pela eleição pode não definir o tipo de gestão que a escola terá, mas poderá interferir no curso dela.

Paro (2001,p.65-67) discute e enfatiza a importância das eleições diretas para diretores e constata a expansão e a adoção desse processo eletivo como critério de escolha em grande número de municípios e estados onde vigorava a nomeação política. Realça, também, um conjunto de expectativas provocadas por esse processo, ao mesmo tempo em que destaca algumas limitações e possibilidades. Isso contribui para ampliar a visão sobre a gestão escolar, considerando não apenas a figura do diretor, mas, sobre tudo, a efetivação de processos colegiados de decisão e implementação de práticas na realidade escolar. (PARO,2004, p. 40)

6. RELAÇÃO DE TRABALHO

As relações de trabalho são pautadas na solidariedade, reciprocidade e participação coletiva, ou seja, os funcionários trabalham em parceria e sempre que possível um ajuda o outro no que é possível, estabelecendo um laço de equipe.

A articulação entre os segmentos institucional e a definição de papéis que competem a cada um na escola, acontece de acordo com o regimento escolar da Secretária Municipal de Educação de Santa Luzia (2004), onde são especificados as atribuições e os direitos de cada segmento.

As questões disciplinares da escola são resolvidas com embasamento no regimento escolar. As situações que envolvam professores são resolvidas com a equipe administrativa (diretor e vice-diretor), já as situações de conflitos entre alunos, em prioridade o professor tenta resolver em sala, mas se não sanado o conflito, a situação é encaminhada para a equipe administrativa, onde o aluno poderá receber uma advertência oral, escrita ou uma convocação para reunião com os pais, de acordo com a gravidade do fato ocorrido.

As formações continuadas são geralmente oferecidas pela Secretaria Municipal de Educação de Santa Luzia, onde a Coordenadoria de Programas e Projetos passa para a equipe administrativa da escola estar divulgando em reuniões e no mural de avisos. Essas formações acontecem geralmente extra-turno ou no contra-turno, sendo a seleção dos participantes de acordo com os critérios estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação de Santa Luzia. Essas formações são vistas pelo grupo como oportunidade de crescimento profissional.

Dos 29 (vinte e nove) professores da escola, apenas 3 (três) não possuem formação superior.

Em relação à avaliação de desempenho, a direção escolar é avaliada anualmente pela equipe da Secretaria Municipal de Educação. Já a avaliação dos demais funcionários acontece semestralmente com a participação do diretor escolar, vice-diretor, supervisoras e funcionário avaliado. O documento é padronizado e enviado pela SME, o mesmo contempla critérios de: liderança, estratégias e planos, estudantes

e partes interessadas, sociedade, informações e conhecimentos, pessoas, processos e resultados.

Periodicamente a coordenação da Secretaria Municipal de Educação realiza visitas técnicas à escola para apreciação dos documentos e trabalhos pedagógicos, emitindo relatórios de análise e verificação do cumprimento de orientações realizadas em visitas anteriores ou em reuniões ministradas pelo órgão.

7. AVALIAÇÃO

Na instituição trabalha-se com a avaliação formativa e processual, pois acredita-se que o processo de avaliação começa na construção do planejamento e acompanha todo o desenvolvimento da proposta, até sua conclusão.

As provas são utilizadas por ser um indicador objetivo do desempenho e porque é necessário aprender a fazê-las uma vez que em instâncias da vida, especialmente em situações de seleção e classificação, esse instrumento é tomado como referência. Utiliza-se também como mecanismo de avaliação atividades realizadas em sala, tarefas de casa, análise de cadernos, trabalhos, pesquisas, a participação nas aulas, auto-avaliações, provas em duplas e com consulta e portfólios. Ressalta-se que ao analisar as atividades dos alunos, os erros são vistos como identificador de dificuldades. Os resultados dos alunos são apresentados trimestralmente aos responsáveis através de boletins com os respectivos conceitos adquiridos.

As avaliações internas acontecem frequentemente. No início do ano letivo aplica-se a avaliação diagnóstica com o objetivo de nortear os trabalhos, dando segmento a aprendizagem dos alunos. Durante os trimestres são aplicados vários instrumentos de avaliação, possibilitando desenvolver ações coletivas.

As avaliações externas acontecem de acordo com a demanda das mesmas, sendo o 2º ano/9 avaliado pela Provinha Brasil no 1º e 2º semestre nos conteúdos de Língua Portuguesa e Matemática; O 3º ano/9 avaliado no Proalfa em Língua Portuguesa; O 4º ano avaliado pela Avaliação da Secretaria Municipal de Educação de Santa Luzia em Língua Portuguesa e Matemática, no 2º semestre; O 5º ano/9 avaliado pelo SIMAVE e Prova Brasil em Língua Portuguesa e Matemática, no 2º semestre.

Na escola a avaliação é parte construtiva do processo de formação do aluno. Do ponto de vista processual a avaliação contribui na definição do encaminhamento do currículo e faz parte, indiretamente, do planejamento pedagógico das formas de atividades pelas quais se pretende desenvolver o currículo.

A avaliação precisa ser compreendida como o aperfeiçoamento da prática educativa e entendida como meio para que todos os alunos consigam o maior grau de competências, conforme suas possibilidades.

Para Moretto (2008), o processo de avaliação deve proporcionar ao aluno a oportunidade de ler, refletir, relacionar, operar mentalmente e demonstrar que tem recursos para abordar situações complexas, demonstrando ter adquirido competência como estudante. O mesmo propõe uma construção do conhecimento que substitua o clima de angústia e tensão pela perspectiva da esperança de obtenção do conhecimento associado ao que é socialmente construído.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se o presente documento como indispensável no processo educacional, pois ele direciona as ações desenvolvidas na instituição.

Entende-se que a ideia do Projeto Político Pedagógico é de estimular a comunidade a participar ativamente com todos os seus segmentos, das práticas pedagógicas que serão encaminhadas na escola e na sua relação com a comunidade, decisões assumidas como compromisso de induzir e formular processos que produzam conhecimento e constituam verdadeiros cidadãos.

O mesmo será reavaliado anualmente levando em considerações as políticas e estratégias da escola, resgatando a escola como espaço público, lugar de debate, de diálogo, fundamentado na reflexão coletiva, sendo o instrumento fundamental para uma constante revisão de seus propósitos.

Através do Projeto Político Pedagógico, o gestor poderá priorizar a gestão pedagógica como eixo de seu trabalho, sem deixar de atuar nos aspectos administrativos e financeiros, fazendo com que toda a comunidade escolar atue em função do desempenho escolar dos alunos criando um ambiente escolar participativo, crítico e ativo, propondo assim uma instituição proativa. Para Heloísa Luck, “uma escola proativa é aquela que age com criatividade diante dos obstáculos, desenvolvendo projetos específicos para as comunidades em que atua, de modo a ir além da proposta sugerida pelas Secretarias de Educação”.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Conselhos escolares: democratização da escola e construção da cidadania**. Caderno 1. Secretaria de Educação Básica. Brasília DF 2004. P.9. Disponível em portal MEC.gov.br/seb/arquivo/pdf/.../CEcad1.pdf. Acesso em 17 de abril de 2013.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Conselhos escolares: democratização da escola e construção da cidadania**. Caderno 5. Secretaria de Educação Básica. Brasília DF 2004.P.40. Disponível em portal MEC.gov.br/seb/arquivo/pdf/.../CEcad1.pdf. Acesso em 25 de abril de 2013.

_____. Senado Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96. Brasília: 1996.

CAVALIERE, Ana Maria - **Tempo de Escola e Qualidade na Educação Pública**. Disponível em: <HTTP://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 25 de abril de 2013.

COIL, César. **Aprendizagem escolar e construção de conhecimento**. Porto Alegre. Artmed. 1994. 159 páginas.

GUIMARÃES, Maria Helena, **É preciso cultivar o respeito no ambiente escolar**: In: Nova Escola Gestão Escolar. São Paulo. Editora Abril. Nº. 006. Fevereiro/março. 2010

LIMA, Elvira Souza. Ciclos de formação: uma reorganização do tempo escolar. Coleção fundamentos para a educação. Editora Sobradinho. 32 páginas.

MORETTO, Vasco Pedro – **Prova: um momento privilegiado de estudo, não um acerto de contas**. Editora: Lamparina. 2008. 192 páginas.

OLIVEIRA, J. F.; MORAIS, K.; DOURADO, L. F **Premissas básicas para democratização da escola**. Disponível em: http://escoladegestores.mec.gov.br/site/4-sala_politica_gestao_escolar/pdf/saibamais_7.pdf Acesso em 23 de abril de 2013.

_____. Autonomia decretada e autonomia constituída. p.2. Disponível em: http://escoladegestores.mec.gov.br/site/4sala_politica_gestao_escolar/pdf/saibamais_3.pdf Acesso em 19 de abril de 2013.

SANTA LUZIA , Regimento Escolar. Prefeitura Municipal de Santa Luzia. 2004.

_____. RESOLUÇÃO Nº 010/08 de 23 de junho de 2008. Dispõe sobre a organização e funcionamento do Ensino Fundamental nas Escolas Municipais de Santa Luzia/MG.

_____. Secretaria Municipal de Educação. Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental. Ciclo I-II – 1º ao 5º ano/9 –, 2008

ANEXOS

Calendário Escolar - 2013

E. M. "PROF.ª M. DA GLÓRIA DE CASTRO VEADO"
 EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS
 1º ao 5º ano
 Rua Maria Dorinda da Rocha, 20 - Col. Santa Luzia - Santa Luzia - Minas Gerais - CEP: 33.110-630 - Tel: 3636-4589

PREFEITURA DE SANTA LUZIA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 Av. Otton, 50 - Carreira Comprida - Santa Luzia - Minas Gerais - 33.045.090
 Fone: 31 3642 4589 - Fax: 31 3641 5566 e-mail: plane.educacional@santaluzia.mg.gov.br



DE: 00 JANEIRO DL: 00

D	S	T	Q	Q	S	S
		1F*	2F	3F	4F	5F
6F	7F	8F	9F	10F	11F	12F
13F	14F	15F	16F	17F	18F	19F
20F	21F	22F	23F	24F	25F	26F
27F	28F	29F	30F	31F		

1 - confraternização Universal

DE: 01 FEVEREIRO DL: 14

D	S	T	Q	Q	S	S
					1F	2F
3F	4RAP	5Δ	6	7	8	9
10	11R	12*	13R	14R	15R	16
17	18	19	20	21	22	23SL
24	25	26	27	28		

12 - Carnaval

DE: 02 MARÇO DL: 20

D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5cc	6	7	8	9CP
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23FF
24	25	26	27	28R	29*	30
31						

29 - Paixão

DE: 01 ABRIL DL: 23

D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6ACE
7	8	9	10	11	12	13
14	15sepv	16sepv	17sepv	18sepv	19sepv	20FC
21*	22	23	24	25	26	27
28	29	30				

21 - Tiradentes

DE: 01 MAIO DL: 20

D	S	T	Q	Q	S	S
			1*	2	3	4cc
5	6	7	8	9	10FT	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30*	31R	

1 - Dia do trabalho / 30 - Corpus Christi

DE: 00 JUNHO DL: 21

D	S	T	Q	Q	S	S
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15FJ
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30						

DE: 02 JULHO DL: 13

D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6CP
7	8	9	10	11cc	12	13R
14R	15R	16R	17R	18R	19R	20R
21R	22R	23R	24R	25R	26R	27R
28R	29	30	31			

15 - Assunção de Nossa Senhora

DE: 01 AGOSTO DL: 20

D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15*	16R
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30FT
						31

15 - Assunção de Nossa Senhora

DE: 01 SETEMBRO DL: 21

D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6
7*	8	9	10	11	12	13
14cc	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30				

07 - Dia da Independência do Brasil

DE: 01 OUTUBRO DL: 18

D	S	T	Q	Q	S	S
		1	2ACE*	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12*
13R	14R	15R	16R	17R	18R	19R
20	21SMCA	22SMCA	23SMCA	24SMCA	25SMCA	26
27	28	29	30	31		

12 - N. S. Aparecida / 15 - Dia do Professor

DE: 00 NOVEMBRO DL: 21

D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2*
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15*	16
17	18	19	20	21	22	23CN
24	25	26	27	28	29	30

2 - Finados / 15 - Proclamação da República / 20 - Dia Nacional da Consciência Negra

DE: 02 DEZEMBRO DL: 09

D	S	T	Q	Q	S	S
1	2M	3M	4M	5M	6M	7cc
8	9M	10M	11M	12FT	13*	14
15	16	17F	18F	19F	20F	21F
22F	23F	24F	25F	26F	27F	28F
29F	30F	31F				

13 - Dia de Santa Luzia / 25 - Natal

LEGENDA		DIAS LETIVOS			TRIMESTRES
		TRIMESTRE	DIAS LETIVOS	DIAS ESCOLARES	
▲	Início do Ano Escolar				
▼	Término do Ano Escolar				
△	Início do Ano Letivo				
▽	Término do Ano Letivo				
x	Feriado				
R	Recesso				
RAP	Reunião Administrativa Pedagógica				
CC*	Conselho de Classe Extra-Turno	1º	64	5	69
CC	Conselho de Classe	2º	67	3	70
FJ	Festa Junina	3º	69	4	73
FC	Feira de Cultura	TOTAL	200	12	212
FF	Festa da Família				
M	Matrícula				
Π	Encerramento da escrita	F			Férias de professores e alunos
SEPV	Semana Educação para a Vida	CN			Consciência Negra 20/11
FT	Final do Trimestre	SMCA			Semana Municipal da Criança e do Adolescente
ACE	Assembleia do Conselho Escolar				
ACE*	Assembleia do Conselho Escolar Extraturno				
CP	Capacitação				

Santa Luzia, 26 de novembro de 2012.

Maniela Freire Lopes Pereira
 Assinatura do diretor

Maniela Freire Lopes Pereira
 Diretora Escolar
 Mat. 20436

Secretaria Municipal de Educação
 APROVADO E ARQUIVADO
 EM: 19/11/2012
Valcantis
 Responsável

Luziana Andrade Pereira Silva
 Conselho Municipal de Educação
 Santa Luzia
 Lei nº 1.984/1997

Grade Curricular – Educação Infantil / 2013

E. M. "PROFª Mª DA GLÓRIA DE CASTRO VEADO"
 EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL / 9 ANOS
 INC. SEE/MEC Nº 025/2011 de 13/05/2011
 Lei Municipal nº 6966/98 de 19/05/98
 Port. Aut. Func. SME/SL 025/2011 de 13/05/2011 (Educação Infantil)
 Rua Maria Dorida da Rocha, 20 - Conjunto Cristina B
 CEP: 33.110-630 - Tel: 3636-8000 - Santa Luzia - MG

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL



PLANO CURRICULAR	EDUCAÇÃO INFANTIL	CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	Município SANTA LUZIA	Distrito/Localização SANTA LUZIA
Código da Escola 31010766	Denominação ESCOLA MUNICIPAL "PROFESSORA MARIA DA GLÓRIA DE CASTRO VEADO"		Ano 2013	Turno DIURNO
Formação Pessoal e Social Conhecimento de Mundo	Eixos de Trabalho	Aulas Semanais	CHA	
			2º Período	
			MA	CHA
	Linguagem Oral e Escrita	2	80	66h40m
	Movimento	2	80	66h40m
	Música	5	200	133h20m
	Artes Visuais	2	80	66h40m
	Natureza e Sociedade	6	240	200h
	Matemática	4	160	133h20m
	Identidade e Autonomia	4	160	133h20m
TOTAL	25	1000	800	

Indicadores fixos:

Número de dias letivos - 200
Número de dias semanais - 05
Número de semanas letivas - 40
Duração do módulo - 50 minutos
Módulo de Música – 40 minutos
Duração do módulo recreio: 20 minutos
Horas/relógio - 800 horas

Santa Luzia, 19 de dezembro de 2012

Daniela Freire Lopes Pereira
ASSINATURA DO DIRETOR
Daniela Freire Lopes Pereira
 Diretora Escolar
 Mat. 20436

Auciana Andrade Pereira Silva
 Secretaria Municipal de Educação
 Santa Luzia
 Lei nº 1.344/1997

Secretaria Municipal de Educação

APROVADO E ARQUIVADO

EM: 19 / 12 / 12

Valgantes
 Responsável

Grade Curricular – Ensino Fundamental / 2013



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL**
e-mail: planej.educacional@santaluzia.mg.gov.br



PLANO CURRICULAR	ENSINO FUNDAMENTAL	CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	Município SANTA LUZIA Ano 2013
Código da Escola 31010796	Denominação ESCOLA MUNICIPAL "PROFESSORA MARIA DA GLÓRIA DE CASTRO VEADO"		DIURNO

DENOMINAÇÃO	1º CICLO CICLO INICIAL DE ALFABETIZAÇÃO												2º CICLO CICLO COMPLEMENTAR DE ALFABETIZAÇÃO				INDICADORES FIXOS
	1º ANO			2º ANO			3º ANO			4º ANO			5º ANO				
	A.S	A.A	CHA	A.S	A.A	CHA	A.S	A.A	CHA	A.S	A.A	CHA	A.S	A.A	CHA		
Ling Portuguesa	5	200	166h 40'	5	200	166h 40'	5	200	166h 40'	5	200	166h 40'	5	200	166h 40'	Nº de dias letivos: 200 Nº de dias semanais: 5 Nº de Semanas letivas: 40 Duração do Módulo: 50' Módulo Recreio: 0:20' Módulo de Lit. Infantil Juvenil e Ed. Ambiental: 0:40' 1º e 2º ciclos. Horas/Religios: 800h * Obs.: A Educação Religiosa oferecida no 1º e 2º Ciclos, será ministrada pelo próprio professor regente.	
Matemática	5	200	166h 40'	5	200	166h 40'	5	200	166h 40'	5	200	166h 40'	5	200	166h 40'		
Geografia	2	80	66h 40'	2	80	66h 40'	2	80	66h 40'	2	80	66h 40'	2	80	66h 40'		
História	2	80	66h 40'	2	80	66h 40'	2	80	66h 40'	2	80	66h 40'	2	80	66h 40'		
Ciências (P.S)	2	80	66h 40'	2	80	66h 40'	2	80	66h 40'	2	80	66h 40'	2	80	66h 40'		
Educação Física	2	80	66h 40'	2	80	66h 40'	2	80	66h 40'	2	80	66h 40'	2	80	66h 40'		
Artes	1	40	33h 20'	1	40	33h 20'	1	40	33h 20'	1	40	33h 20'	1	40	33h 20'		
Educação Religiosa	1	40	33h 20'	1	40	33h 20'	1	40	33h 20'	1	40	33h 20'	1	40	33h 20'		
Lit. Inf. Juvenil	3	120	80 h	3	120	80 h	3	120	80 h	3	120	80 h	3	120	80 h		
Educação Ambiental	2	80	53h 20'	2	80	53h 20'	2	80	53h 20'	2	80	53h 20'	2	80	53h 20'		
TOTAL	25	1000	800	25	1000	800	25	1000	800	25	1000	800	25	1000	800		

OBSERVAR A LEGISLAÇÃO:

- Resolução CMESL nº 017/2010 de 21/05/2010 - Dispõe sobre a organização e o funcionamento do Ensino Fundamental.
- Resolução CMESL nº 018/2011 de 18/06/2011 - Revoga o §1º do art. 6º da Resolução nº 17 e da outras providências
- Lei Nº 9.796, de 27/04/99 – Educação Ambiental
- Lei Nº 13.411, de 21/12/99 – Estudos sobre dependência química
- Lei Nº 10.639, de 09/01/03 – História e Cultura Afro-Brasileira
- Lei N 11.645, de 10/03/08 – “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”
- Lei Nº 11.769, de 19/08/2008 – Obrigatoriedade do ensino da música na Educação Básica

Secretaria Municipal de Educação

APROVADO E ARQUIVADO
EM: 30/12/13
VALGARDINI

Assinatura do Diretor

Carolina Brito Lopes Brito

Conselho Municipal de Educação
SANTA LUZIA
Lei nº 1.984/1997

Assinatura do Diretor

Juiz de Paz
Divisão Criminal
Mat. 20436

LEGENDA:
 A.S – Aulas Semanais
 A.A – Aulas Anuais
 CHA – Carga Horária Anual